



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638967 - MG (2021/0003927-1)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : MARIA APARECIDA GRASSELLI  
**ADVOGADO** : MARIA APARECIDA GRASSELLI - MG122975  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : GUILHERME ALMEIDA TAVARES (PRESO)  
**CORRÉU** : BRYAN LAMARCK AMARANTE MELO  
**CORRÉU** : DIEGO AUGUSTO DIAS CORREA  
**CORRÉU** : KLEBER ALMEIDA DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GUILHERME ALMEIDA TAVARES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Processo n. 1.0024.19.119927-2/001).

Nos autos da Ação Penal n. 1.0024.19.119927-2/001, o ora paciente foi submetido ao tribunal do júri como incurso no art. 121, § 2º, I e IV, na forma do art. 29, ambos do Código Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, com aplicação das medidas cautelares previstas nos arts. 317, 318 e 319, do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

É consabido que o *habeas corpus* exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória. Não instruída a impetração com decisão do Tribunal de Justiça e outros documentos essenciais para a apreciação do pedido, mostra-se inviável o exame do alegado constrangimento ilegal.

Fica impossibilitada a manifestação deste Tribunal, sob pena de configuração do chamado *habeas corpus per saltum*, a ensejar verdadeira supressão da instância estadual e violação dos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal substancial.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, c, da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da

instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Por oportuno, consigne-se que a apreciação do excesso de prazo para a manifestação da instância de origem demanda cuidadoso exame dos autos, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória, mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal, o que não é compatível com a estreita via do *habeas corpus*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente